



Anais da Assembléia

Nº 35

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 20 DE ABRIL DE 1993

ANO XIX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado **RENATO GUIMARÃES ADUR**
PFL Deputado **PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO**
PDT Deputado **PAULO MAIA DE OLIVEIRA**
PTB Deputado **ERONDY SILVÉRIO**
PSDB Deputado **ALCEU ANTONIO SWAROWSKI**
PT Deputado **FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)**
PL Deputado **JOSÉ COLOMBINO GRASSANO**
PP Deputado **NILTON ROBERTO BARBOSA**
BPI Deputado **LUIZ CARLOS ALBORGHETTI**

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB – 12: Arelindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Oswaldo Trevisan - Luiz Henrique Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP – 10:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Eifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL – 06:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nenson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT – 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB – 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João F Falavinha Iensen; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB – 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT – 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL – 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE – 07:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Lourenço Fregoneze - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana – Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral – Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior – Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto – Secretário da Justiça e da Cidadania
(*) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

LEI N° 10.014

DATA: 15 de abril de 1993.

SÚMUA: Dá nova redação à Lei n° 9579, de 22 de março de 1991, que criou o Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7° do artigo 71 da Constituição Estadual, os seguintes dispositivos, que passam a integrar o texto da Lei n° 10.014, de 26 de julho de 1992, publicada no Diário Oficial do Estado n° 3.795, de 1° de julho de 1992.

Art. 1° - ...

"Art. 1° - ...

Art. 2° - ...

I - ...

II - ...

III - ...

IV - ...

V - ...

VI - ...

VII - ...

VIII - ...

IX - ...

X - ...

XI - ...

Art. 3° - São órgãos consultivos do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente o Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência - CBIA e a Legião Brasileira de Assistência - LBA.

Art. 4° - São órgãos fiscalizadores do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente o Ministério Público e o Poder Judiciário.

Art. 5° - ...

I - ...

II - ...

III - ...

IV - ...

V - ...

VI - ...

VII - ...

VIII - ...

IX - ...

X - ...

XI - ...

XII - ...

XIII - ...

Art. 6° - ...

§ 1° - ...

§ 2° - ...

§ 3° - Os conselheiros representantes

das entidades populares, assim como os seus suplentes, serão nomeados para mandatos de 02 (dois) anos, período em que não poderão ser destituídos, salvo a pedido ou motivo de força maior, ou ainda por deliberação de 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho.

§ 4° - ...

Art. 7° - ...

Art. 8° - ...

Art. 9° - É facultada ao Conselho a requisição, através da Chefia da Casa Civil, de servidores públicos para a formação de equipe de apoio técnico e administrativo e de material, necessários à consecução de seus objetivos.

Art. 10 - ...

Art. 11 - ...

Art. 12 - ...

Parágrafo Único - ...

Art. 13 - A Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social adotará as providências necessárias para a primeira seleção das Organizações da Sociedade Civil interessadas em compor o conselho, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação da presente Lei, observando o disposto no § 1° do artigo 4°.

Art. 14 - ...

I - ...

II - ...

III - ...

IV - ...

V - ...

VI - Recursos provenientes de leis estaduais e destinados para a assistência social voltada à criança e adolescente."

Art. 2° - ...

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 15.04.93.

(a) ORLANDO PESSUTI

Presidente

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 32.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 20 DE ABRIL DE 1993

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Toti Colaço e Élio Rusch.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Cleiton

Rielse, Colombino Grassano, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Erondy Silvério, João Iensen, José Arthur Ritti, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Nelson Garcia, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Renato Adur e Toti Colaço (30). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Geraldo Cartário, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Costenaro Neto, Duílio Genari, Ernani Pudell, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Preis, José Alves, Júlio Bifon, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Oswaldo Trevisan, Plauto Miró Guimarães, Severino Félix e Rossoni (23). Achando-se em licença o Senhor Deputado Dalton Machuca (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura das Atas das Sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagem:

MENSAGEM N° 010/93

Curitiba, 14.04.93.

Senhor Presidente.

Dando cumprimento ao disposto no artigo 25 da Lei Estadual n° 10.039, de 16 de julho de 1992 e no artigo 8° da Lei Estadual n° 10.195, de 15 de dezembro de 1992, comunico que foi procedida a primeira correção dos Orçamentos Fiscal, Próprio da Administração Indireta e da Programação Orçamentária Global das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista.

O índice estabelecido para a correção de 100% é decorrente do índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC/IBGE, acumulado do trimestre, sendo 28,77% referente ao mês de janeiro, 24,79% referente ao mês de fevereiro e 25,00% correspondente a estimativa do índice para o mês de março, conjugado com a projeção da arrecadação das receitas estaduais.

Tendo em vista que foram obedecidas as

regras de estatística no que se refere aos arredondamentos, o Orçamento Geral do Estado passou a ter a seguinte composição:

	Em Cr\$ milhões
- ORÇAMENTO FISCAL	57.803.996
- ORÇAMENTO PRÓPRIO DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA (exclusive transferências do Tesouro)	15.503.422
- PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA GLOBAL DAS EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA (exclusive transferências do Tesouro)	152.573.926
TOTAL GERAL	225.881.334

Valho-me da oportunidade para reiterar a Vossa Excelência as minhas expressões de estima e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

Ofício:

OFÍCIO

Sob o n° DTL/SAT/41/93, do Senhor Governador do Estado, restituindo a esta Casa, o Projeto de Lei n° 492/91. Ao conhecimento da Casa.

Sob o n° 108/93-COP, do Senhor CARLOS ARTUR KRÜGER PASSOS, Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, encaminhando a nova posição orçamentária, por projetos/atividades, Unidades e Órgãos Orçamentários, decorrente da primeira correção trimestral do Orçamento Geral do Estado. Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 873

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado nos Anais desta Casa, Voto de Pesar pelo falecimento do cirurgião-dentista ARAMIS DELLA GIACOMA.

Requer ainda que, da medida, dê-se ciência aos familiares enlutados.

Sala das Sessões, em 20.04.93.

(a) LUIZ HENRIQUE BONA TURRA

JUSTIFICATIVA:

Algumas pessoas nascem com assinalada vocação para fazer o bem. Pertencia ARAMIS DELLA GIACOMA a este restrito círculo dos que trazem a marca da profunda bondade estampada nos gestos de todo dia. Era paranaense, nascido em 1947, segundo filho de JOLIVIER ANTÔNIO DELLA GIACOMA e de Dona

HELENA DELLA GIACOMA. Cirurgião-dentista, formado pela Universidade Federal do Paraná, ARAMIS exerceu por longos anos a profissão junto aos funcionários da TELEPAR, aos filiados da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Paraná, e em seu consultório particular, sempre acessível a todos os que procuravam sua exímia arte de curar, muitas vezes sem qualquer meio de retribuição.

Escreveu um MANUAL DE ENFERMAGEM, editado pela Grafipar.

Seu desaparecimento priva a cidadania de um homem atento à defesa dos direitos, a profissão de um excelente e desprendido profissional, e o amplo círculo de amigos de alguém que soube fazer, da amizade, em todas as circunstâncias, uma arte.

REQUERIMENTO N° 874

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Voto de Pesar pelo falecimento da Senhorita Priscila Cit, ocorrido no dia 03 de abril de 1993, na BR-277.

Sala das Sessões, em 20.04.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Em qualquer lar, por mais humilde que seja, as crianças fazem o ambiente ficar enriquecido no dia-a-dia das famílias, e suas peraltices ficam gravadas em todos os momentos. O trágico em qualquer circunstância, fica nas memórias para a eternidade, e por isso o dia 03 de abril do ano em curso, estará sempre presente na vida do casal Antônio Ermelindo Cit e Celina Agostinho Cit, de tradicionais famílias de Morretes, pois em trágico acidente perderam a pequena Priscila, cuja lembrança cheia de vida, com um sorriso meigo, uma presença viva, deixou saudades, principalmente para a Professora Celina Cit, figura conhecida na terra de Rocha Pombo, onde foi Vereadora por quatro anos, e continua sendo política atuante na vida daquele Município.

Pertencente ao nosso rol de amizades, o casal Antônio-Celina sofre, porém não podemos deixar de registrar o nosso pesar, e por tão infausto acontecimento, e por isso pedimos que a família seja comunicada dessa nossa decisão, no seguinte endereço: Senhor Antônio-Celina Cit

Praça Sinibaldo Trombini (Em frente ao Terminal Rodoviário de Morretes)

CEP: 83.350-000

MORRETES - PR,

lamentando o acontecimento do passamento da pequena Priscila, e fazendo nossas as dores sentidas por toda a família.

REQUERIMENTO N° 875

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um Voto de Pesar pelo falecimento da Senhora Amália Hineberg Otte, ocorrido na cidade de Ponta Grossa, no dia 16 p. p..

Trata-se de uma perda irreparável para a sociedade pontagrossense, por se tratar de uma pessoa muito dedicada, tanto para sua família como para com o próximo.

Requer que da decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, na pessoa de seu filho, Professor Jair, residente na Rua Santos Dumont, 1.279, na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 20.04.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 876

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Voto de Pesar, pelo falecimento do Senhor ROBERTO RIBEIRO FONTES, ocorrido no último dia 19 de abril do ano em curso, na cidade de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 20.04.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

A cidade de Paranaguá, no último dia 19, perdeu um de seus mais diletos filhos, vítima de recente enfermidade. Trata-se do advogado e cartorário ROBERTO RIBEIRO FONTES.

Nascido no dia 11 de maio de 1932, fez seus primeiros estudos naquela cidade, tendo posteriormente se formado em Direito numa das Faculdades de nossa Capital.

Tendo herdado de seu pai, o humanitário médico Antônio Fontes, a sensibilidade pelas coisas de Paranaguá, e também trazendo de berço da sua mãe Anna Ribeiro Fontes, popularmente conhecida como "Dona Anita", as lidas com a população carente.

O falecido por vezes tornou-se suplente, e depois Vereador à Câmara Municipal, tendo na época papel importante na formação política, já que também paralelamente exerceu cargos de mando nas Direções de Partidos Políticos.

Através de concurso público, tornou-se o titular do 2° Tabelionato daquela cidade, onde até bem pouco tempo exercia suas atividades profissionais, sendo sócio-fundador do Iate Clube de Paranaguá e participando como membro efetivo de várias Diretorias dos Clube Republicano Recreativo e Literário.

Casado com Dona Adail Fontes, teve os filhos Roberto, Maria, Eunice e Claudiane, e por isso seu desaparecimento causou mui-

ta dor a seus familiares e amigos, e por isso solicitamos o presente Voto de Pesar, que solicitamos seja comunicado a Senhora Adail Fontes, na Rua Prisciliano Corrêa, 141 - C. Histórico - CEP: 83.203-500 - Paranaguá - Paraná.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 131/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica concedido o Título de CIDADÃO HONORÁRIO DO PARANÁ ao Jornalista VERDELÍRIO APARECIDO BARBOSA.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.04.93.

(a) JOÃO PREIS

JUSTIFICATIVA:

Jornalista, Radialista, Advogado, Empresário (Diretor-Proprietário do Jornal do Povo), VERDELÍRIO BARBOSA, nos últimos 15 anos tem desenvolvido um trabalho extraordinário de assistência social, e que é uma realidade em muitos municípios do Paraná, e em especial, em Maringá e Região Noroeste do Estado.

Sempre acreditando no solidarismo social como filosofia de vida e como instrumento básico para que o bem-estar social possa vir a ser um dia, a herança de todos e não apenas o privilégio injusto e odioso de alguns.

Sempre humilde, venceu todos os obstáculos, com trabalho, sem utilizar atalhos para alcançar as metas que perseguia e persegue.

Cidadão de rara nobreza, que devota respeito mesmo aos poucos adversários, que por si próprios escolheram esta posição.

Sua personalidade é por demais conhecida e enaltecida nos meios políticos, sociais, esportivos e empresariais, e sua vida, um exemplo de trabalho, de dedicação e de amor a nossa terra.

O "Curriculum Vitae" que anexamos ao presente, comprova a sua capacidade, bem como da justeza da homenagem que ora propomos lhe seja outorgada pelos paranaenses, concedendo a este paulistano a Cidadania Paranaense, em reconhecimento pelo significativo trabalho prestado a uma sociedade cada dia mais exigente.

PROJETO DE LEI N° 132/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica estabelecido o limite

de 120 (cento e vinte) quilômetros por hora como velocidade máxima a ser desenvolvida nas rodovias estaduais que contem com dupla faixa de rolamento de veículos.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.04.93.

(a) JOSÉ ARTUR RITTI

JUSTIFICATIVA:

A proposição ora apresentada à apreciação desta Casa de Leis objetiva, precipuamente, alterar o limite de velocidade máxima de oitenta quilômetros por hora, para cento e vinte quilômetros por hora, nas condições que especifica.

Tal alteração, procedida de modo a ser utilizada somente nas rodovias de domínio estadual e que contem com pista dupla, encontra embasamento em justificativas de diversas ordens.

A primeira diz respeito às características existentes nos atuais veículos, que em sua grande maioria são dotados de componentes de alta tecnologia, o que vem conferir uma ampla margem de segurança aos seus condutores.

Tal fato, aliado à tecnologia moderna empregada na construção de estradas, que contam com raios de curvas mais suaves e aclives menos pronunciados, torna inadequado o atual limite de velocidade que, sabemos todos, é constantemente desobedecido, até pela própria conjunção dos fatores acima descritos, trazendo como consequência um hábito derogador da norma existente.

Outra justificativa é fundamentada em estudos técnicos constantes de publicações especializadas, dando conta de que a velocidade, quando excessivamente limitada, vem a se traduzir em um maior consumo de combustível, pelo fato de haver maior necessidade de aceleração, tanto nas retomadas de velocidade quanto ao vencer-se os aclives existentes no percurso.

Daí segue-se que, a adição dos componentes "pista segura, economia de combustível e veículos tecnologicamente avançados", proporcionam justificativa suficiente para o objetivo desta proposição, sem que haja argumentação de ordem técnica a elidir este propósito.

Face ao exposto, solicitamos aos Pares com assento nesta Assembléia, a análise e aprovação deste Projeto, possibilitando a edição de uma norma de caráter prático e total aplicabilidade.

PROJETO DE LEI N° 133/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Creche Dom Geraldo Micheletto Pellanda", com sede e foro a Rua Michael Laidane, 155, no Município de Ponta Grossa, Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.04.93.

(a) DALTON MACHUCA

JUSTIFICATIVA:

A "Creche Dom Geraldo Micheletto Pellanda" foi fundada em 1º de agosto de 1982.

Entidade sem fins lucrativos, administrado por uma Diretoria Executiva, sem remuneração, com personalidade jurídica de direito privado, objetivando a educação, assistência e proteção da criança carente e do adolescente, sem distinção de credo político e religioso, raça, cor e sexo, visando a formação vocacional e integração na comunidade; cujo Estatuto está devidamente registrado no Cartório Privativo de Títulos e Documentos, sob nº 87.167, livro A-3, de 22 de maio de 1989 (documento incluso).

Através da Lei nº 3.540, de 06.12.82, foi declarada de Utilidade Pública Municipal.

Para testificar as razões mencionadas, anexa a inscrição na Secretaria da Receita Federal, Certidão de Regularização na LBA, Declaração e Relatório das Atividades, Lei Municipal, Ata da Assembléia Geral devidamente registrada no Cartório de Títulos e Documentos, sob nº 98.303 de 23.03.92.

Essas são as razões que proponho o reconhecimento da declaração de Utilidade Pública Estadual e por preencher os requisitos da Lei nº 6.994/78.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - ... não há oradores inscritos no Grande Expediente.

No Horário das Lideranças concedemos a palavra ao PFL, PP, PL, PT, PDT, PMDB, PSDB, BI e PTB.

Todos declinam.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 30 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado João Preis, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Dalton Machuca, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado José Arthur Ritti, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 054/93, de autoria do Deputado Nereu Moura, corrige a redação do Artigo 1º da Lei nº 9.183, de 08.01.90, que criou o município de Bom Sucesso do Sul. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.

3ª DISCUSSÃO, iremos apreciar apenas e tão somente o Substitutivo Geral da C.C.J., já aprovado por ocasião da 2ª Discussão.

Em votação o Substitutivo Geral da C.C.J.

O SR. DOMINGOS CARVALHO - Solicito Verificação de Votação.

O SR. ALGACI TÚLIO - Solicito a Chamada Nominal.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - O Sr. 1º Secretário procederá a Chamada Nominal para Verificação de Votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Toti Colaço) - Procede a Chamada Nominal.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) ... Responderam a Chamada Nominal 18 (dezoito) Senhores Deputados, há quórum somente para prosseguimento da sessão, não havendo para deliberação.

Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 434/92, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Proteção à Maternidade e a Infância- A.P.M.I", com sede e foro no município de Formosa do Oeste. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Encerrada a Discussão.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 032/93, de autoria do Senhor Deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a Creche Comunitária do Bairro São João, com sede no município de Pato Branco. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Encerrada a Discussão.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº

76/93, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a APAE- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Cândido de Abreu. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Encerrada a Discussão.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 099/93, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente dos Moradores das Paineiras "ASBEMOPA", com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Encerrada a Discussão.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 019/93, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, que declara de Utilidade Pública a Casa do Idoso Vovó Margarida, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa-PR. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Encerrada a Discussão. (Publ. no DA. n° 04, de 16.02.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 19/93

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Djalma de Almeida César, o Projeto de Lei n° 19/93, ora em exame por esta Comissão, visa declarar de Utilidade Pública a Casa do Idos "Vovó Margarida", com sede e foro na cidade de Ponta Grossa.

A matéria obedece rigorosamente o disposto na Lei n° 6994, de 10 de janeiro de 1978, dispositivo este que dita as normas para que as Sociedades Cívis, Associações e Fundações possam ser declaradas de Utilidade Pública.

Por tais fatos, emito o Parecer FAVORÁVEL, à pretensão do autor do plano de lei ora em pauta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.04.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO

Presidente

JOÃO IENSEN

Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 042/93, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública o Grupo Pela Valorização, Integração e Dignidade da Vida do Doente de AIDS, com sede e foro em Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Encerrada a Discussão. (Publ. no DA. 08, de 02.03.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 042/93

PARECER:

Autor: Deputado Algaci Túlio.

Súmula: Propõe o reconhecimento de Utili-

dade Pública o "Grupo pela Valorização, Integração e Dignidade do Doente de AIDS".

De cunho extremamente social, o projeto de Lei n° 042/93, de autoria do nobre Deputado Algaci Túlio, visa declarar de Utilidade Pública o Grupo pela Valorização, Integração e Dignidade da Vida do Doente de AIDS.

Do ponto de vista legal, nada impede a tramitação do presente plano de lei, e votação no Plenário desta colenda Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 06.04.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO

Presidente

TOTI COLAÇO

Relator.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 100/93, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, declara de Utilidade Pública a Fundação Municipal Pronto Socorro, com sede e foro no Município de Ponta Grossa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Encerrada a Discussão. (Publ. no DA. n° 25, de 31.03.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 100/93

PARECER:

O Projeto de Lei n° 100/93, de autoria do ilustre Parlamentar Plauto Miró Guimarães Filho, ora em trâmite para análise nesta Comissão, visa declarar de Utilidade Pública a "Fundação Municipal Pronto Socorro" com sede e foro na município de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

A Lei n° 6994, de 10 de janeiro de 1978, dita as normas para que as Sociedades Cívis, Associações e as Fundações, possam ser declaradas de Utilidade Pública.

Estando o Plano de Lei ora "in questio", em perfeita harmonia com a legislação acima citada, emito o parecer FAVORÁVEL, à pretensão do autor.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.04.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO

Presidente

ARTHUR RITTI

Relator.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 103/93, de autoria do Deputado Toti Colaço, declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e Infância, com sede no Município de Corumbataí do Sul. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Encerrada a Discussão. (Publ. no DA. n° 25, de 31.03.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 103/93

PARECER:

De autoria do Deputado Toti Colaço, o presente plano de lei objetiva declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e Infância, com sede no Município de Corumbataí do Sul.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, Lei n° 6994, de 10 de janeiro de 1978, que dispõe sobre normas para declaração de Utilidade Pública de Sociedades Cívis, Associações e Fundações constituídas no Estado do Paraná e dá outras providências, inexistindo pois óbices de natureza legal à sua tramitação normal pelos órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela Aprovação do presente Projeto de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.04.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO

Presidente

LUIZ ANTÔNIO SETTI

Relator.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 104/93, de autoria do Deputado Toti Colaço, declara de Utilidade Pública a Organização Santos Inocentes, com sede no Município de Irati. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Encerrada a Discussão. (Publ. no DA. n° 25, de 31.03.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 104/93

PARECER:

Chega a esta Comissão o Projeto de Lei em epígrafe, de autoria do nobre Deputado Toti Colaço, que declara de Utilidade Pública Estadual a Organização Santos Inocentes, com sede no Município de Irati.

O presente está elaborado em conformidade com o dispositivo contido no R.I. desta Casa, estando, inclusive, justificado.

No que se refere ao cumprimento dos dispositivos constantes na Lei n° 6994, observamos nada constar que impeça sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.04.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO

Presidente

OSWALDO TREVISAN

Relator

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sobre a mesa, Requerimento n° 874, de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 875, de autoria do Se-

nhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 876, de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 873, de autoria do Senhor Deputado Luiz Henrique Bona Turra, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, destacando a preocupação que temos todos nós, em especial a Bancada do PDT, com relação ao índice de salários, de aumento que o Governador ainda não se manifestou, mas esperamos que nesta semana ainda possa ser definido. E também dizendo que, com a certeza absoluta, que nós voltaremos a esta Casa na segunda-feira, na Sessão Plenária, com a vitória do Presidencialismo no dia de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - E da República.

Nada mais havendo a tratar, não havendo mais interesse dos Senhores Deputados em se manifestar na sessão de hoje, e agradecendo a presença dos nobres visitantes que nos honraram na sessão desta tarde, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 26, com a mesma Ordem do Dia da sessão de hoje, com os projetos em fase de votação e mais os seguintes projetos:

Antes ainda de encerrarmos, informo aos Senhores Deputados que a Sessão da próxima quinta-feira, será destinada ao trabalho das Comissões, não havendo, portanto, Sessão Plenária.

A Assembléia Legislativa estará aberta para os trabalhos administrativos de quinta e sexta-feira.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a presente sessão, informando aos Senhores Deputados que a Sessão de quinta-feira, dia 22 de abril, será destinada ao trabalho das Comissões, marcando uma sessão ordinária para segunda-feira, dia 26, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 054/93.

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 434/92, 032/93, 076/93, 099/93.

EM VOTAÇÃO

- 1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 019/93, 042/93, 100/93, 103/93, 104/93, 410/92.
- 2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 327/91.

Levanta-se a sessão.

Ata de Comissão:

- COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
- 12.^a LEGISLATURA - 3.^a SESSÃO LEGISLATIVA
- ATA DA 4.^a REUNIÃO ORDINÁRIA EM 13.04.93

Aos treze dias do mês de abril de mil novecentos e noventa e três, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, desta Assembleia Legislativa do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Erondy Silvério e com a presença dos seguintes Deputados: Luiz Antonio Setti, Nilton Barbosa, José Artur Ritti, Nelson Justus, Nelson Garcia, Colombino Grassano, Arlindo Troian, Emilia Belinati, Mário Bezerra, Osvaldo Trevisan, Toti Colaço, Paulo Maia e Antônio Costenaro Neto. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, aprovando a ata da sessão anterior, após colocá-la em discussão e votação. Passa-se à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei n.º 103/93 de autoria do Deputado Toti Colaço. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Antonio Setti - APROVADO. 2) Projeto de Lei Complementar n.º 37/93 de autoria do Deputado Mário Bezerra. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Arthur Ritti - APROVADO com voto separado do Deputado Nilton Barbosa; 3) Projeto de Lei n.º 108/93 de autoria do Deputado Orlando Pessuti. O Deputado Relator requer seja aguardado na presente Co-

missão até que se complete 1 ano de Personalidade Jurídica - DEFERIDO; 4) Projeto de Lei n.º 101/93 do Poder Executivo. Parecer de acordo com Emenda Substitutiva, proposta pelo Deputado Nelson Justus - APROVADO; 5) Projeto de Lei n.º 97/93 de autoria do Deputado Luiz Henrique Bona Turra. Concedido vistas ao Deputado Colombino Grassano; 6) Projeto de Lei n.º 32/93 de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Garcia - APROVADO; 7) Projeto de Lei n.º 90/93. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Garcia - APROVADO; 8) Projeto de Lei n.º 115/93 de autoria do Deputado Namir Piacentini. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Colombino Grassano - APROVADO; 9) Proposição número 16/93, do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço - APROVADO; 10) Projeto de Lei n.º 104/93 de autoria do Deputado Toti Colaço. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Osvaldo Trevisan - APROVADO; 11) Projeto de Lei n.º 59/93 de autoria do Deputado Algaci Túlio. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antônio Costenaro Neto - APROVADO; 12) Projeto de Lei n.º 76/93 de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antônio Costenaro Neto - APROVADO; 13) Projeto de Lei n.º 434/92 de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antônio Costenaro Neto - APROVADO; 14) Projeto de Lei n.º 85/93 de autoria do Deputado João Preis. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antônio Costenaro Neto - APROVADO - Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a presente reunião.

ERONDY SILVÉRIO
Presidente
ANA LÚCIA ANDRETTA
Secretária